



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Santana do Paraíso

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos empregados na proposição de ações de reparação e compensação dos impactos identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Santana do Paraíso	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	37
3.3	Diagnóstico de comunidades rurais próximas ao rio Doce	89
3.4	Clipping de Notícias	92
3.5	Textos Acadêmicos	98
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	101
4.1	Turismo	101
4.2	Cultura	102
4.3	Esporte e Lazer	103
5	Avaliação de Impactos	107
5.1	Metodologia	107
5.2	Resultados	126
6	Créditos e Referências	136

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização do município de Santana do Paraíso	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Santana do Paraíso	41
Figura 8 Aeroporto Usiminas	58
Figura 9 Florenza Salão de Festas e Paradise House Party	63
Figura 10 Centro de Assistência Social e Centro de Evangelização Padre Efraim Solano Fonte: Expressão Socioambiental, 2016	64
Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	68
Figura 12 Mapa de localização da comunidade de Ipabinha.....	90
Figura 13 Quadra de esporte em Ipabinha	91
Figura 14 Ipabinha de Paraíso	92
Figura 15 Subida de dois metros do nível do rio entre Santana do Paraíso e Caratinga	95
Figura 16 Chegada da lama à Santana do Paraíso.....	96
Figura 17 Nuvem de termos referente ao clipping de Santana do Paraíso	97
Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar	112
Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	113
Figura 20 Classificação da Significância de Impactos	114

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Santana do Paraíso	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	127
Gráfico 3 Impacto na pesca amadora.....	129
Gráfico 4 Impacto na paisagem.....	130
Gráfico 5 Impactos sobre a comunidade de Ipabinha	132

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Santana do Paraíso e de Minas Gerais (%)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Santana do Paraíso e de Minas Gerais	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Santana do Paraíso e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Santana do Paraíso e de Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Santana do Paraíso e Minas Gerais (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Tabela síntese do inventário de oferta turística – Santana do Paraíso.....	39
Tabela 8 Serviços e equipamentos de alimentos e bebidas.....	52
Tabela 9 Serviços de transporte	56
Tabela 10 Locais e templos de fé/edificações	59
Tabela 11 Patrimônio Cultural e Memória	79
Tabela 12 Espaços e equipamentos de esporte e lazer.....	87

Tabela 13 clipping de notícias de Santana do Paraíso.....	93
Tabela 14 Conjunto de textos acadêmicos.....	98
Tabela 15 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	108
Tabela 16 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	110
Tabela 17 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	133
Tabela 18 Listagem de participantes de reunião institucional em Santana do Paraíso	136
Tabela 19 Equipe Técnica	136

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Santana do Paraíso, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Santana do Paraíso aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Santana do Paraíso/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Santana do Paraíso. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários para pescadores, moradores locais e ribeirinhos que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, por exemplo, as lojas que comercializam produtos voltados a pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca e documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos, fotos.

2.2 Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos empregados na proposição de ações de reparação e compensação dos impactos identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Santana do Paraíso

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

De acordo com a tradição oral, a ligação entre as cidades de Ferros e Calado, atual Coronel Fabriciano, era realizada em lombo de animais e cortando as matas. Os tropeiros e viajantes solitários, que se deslocavam até Calado, paravam nas cachoeiras de Taquaraçu, atualmente Santana do Paraíso (IBGE, 2016).

Taquaraçu era uma importante região, pois oferecia uma natureza bela, com água abundante das cachoeiras. Com o passar dos anos, a localidade se transformou em um vilarejo, denominado Santana do Paraíso, em referência às belezas naturais do local e à Nossa Senhora de Santana. Mais tarde, esta última foi escolhida como a padroeira da cidade pelos párocos locais (IBGE, 2016).

O povoado de Santana do Paraíso do Taquaraçu foi formado através de doações e venda de terrenos à Igreja Católica. Nesse período, o povoado pertencia à cidade Conceição do Mato Dentro (IBGE, 2016).

Em 1892, o povoado de Santana do Paraíso do Taquaraçu se torna distrito, sendo transferido para o município de Mesquita, em 1923. A cidade se emancipa somente em 1992, por meio da Lei Estadual 10.704 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Santana do Paraíso está situada corresponde a 276.067 Km², pertencendo à Mesorregião Vale do Rio Doce e à Microrregião de Ipatinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 25° C.

Seus municípios limítrofes são: Belo Oriente, Caratinga, Ipaba, Ipatinga e Mesquita. Santana do Paraíso é formado somente por seu distrito sede (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos:

De acordo com o IBGE, a população de Santana do Paraíso em 2016 era de 32.232 mil habitantes e sua densidade demográfica de 98,76 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991⁷ a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Santana do Paraíso foi de 3,71%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou novamente taxa média anual de crescimento negativa, tendo sido esta de 4,15%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença bastante significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 94,72%, em 2000, decresceu em 10 anos, passando para 92,61%, em 2010. O inverso pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ Destaca-se que Santana do Paraíso se tornou em município no ano de 1992 e, portanto, os dados de 1991 são referentes à sua constituição enquanto distrito subordinado ao município de Mesquita.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Santana do Paraíso e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Santana do Paraíso	População urbana	73,76	94,72	92,61
	População rural	26,24	5,28	7,39
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Santana do Paraíso era composta por 50,11% de homens e 49,89% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Santana do Paraíso, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 35,36%, em 1991, para 11,87%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (3,62%, em 1991, para 20,15%, em 2010), é menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 4,26% da população de Santana do Paraíso possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Santana do Paraíso possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado. Por outro lado, o valor registrado para a parcela da população que possui ensino médio completo ou superior incompleto é tecnicamente igual ao da média dos municípios mineiros.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁸, observa-se que em Santana do Paraíso, no ano 2000, a razão de dependência foi de 58,57%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 46,95%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 5,65% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Santana do Paraíso e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Santana do Paraíso	Razão de dependência	76,33%	58,57%	46,95%
	Taxa de envelhecimento	3,87%	4,62%	5,65%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Santana do Paraíso e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso à Santana do Paraíso se dá pela via terrestre. O município não possui rodoviária, sendo o embarque e desembarque de passageiros realizado na Praça da Matriz.

⁸ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Santana do Paraíso é atendida pela BR-381 e pela MG-232, situando-se a 229 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (14 Km) e Mesquita (22 Km). O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Viação Saritur (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que, por sua vez, localiza-se no povoado de Ipaba de Santana. Tal povoado, contudo, situa-se na margem oposta do rio Doce e, assim sendo, a estação ferroviária de Ipatinga é, de modo geral, mais acessível à população. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Santana do Paraíso conta com as empresas Claro, Vivo, Oi e Tim como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de Santana do Paraíso.

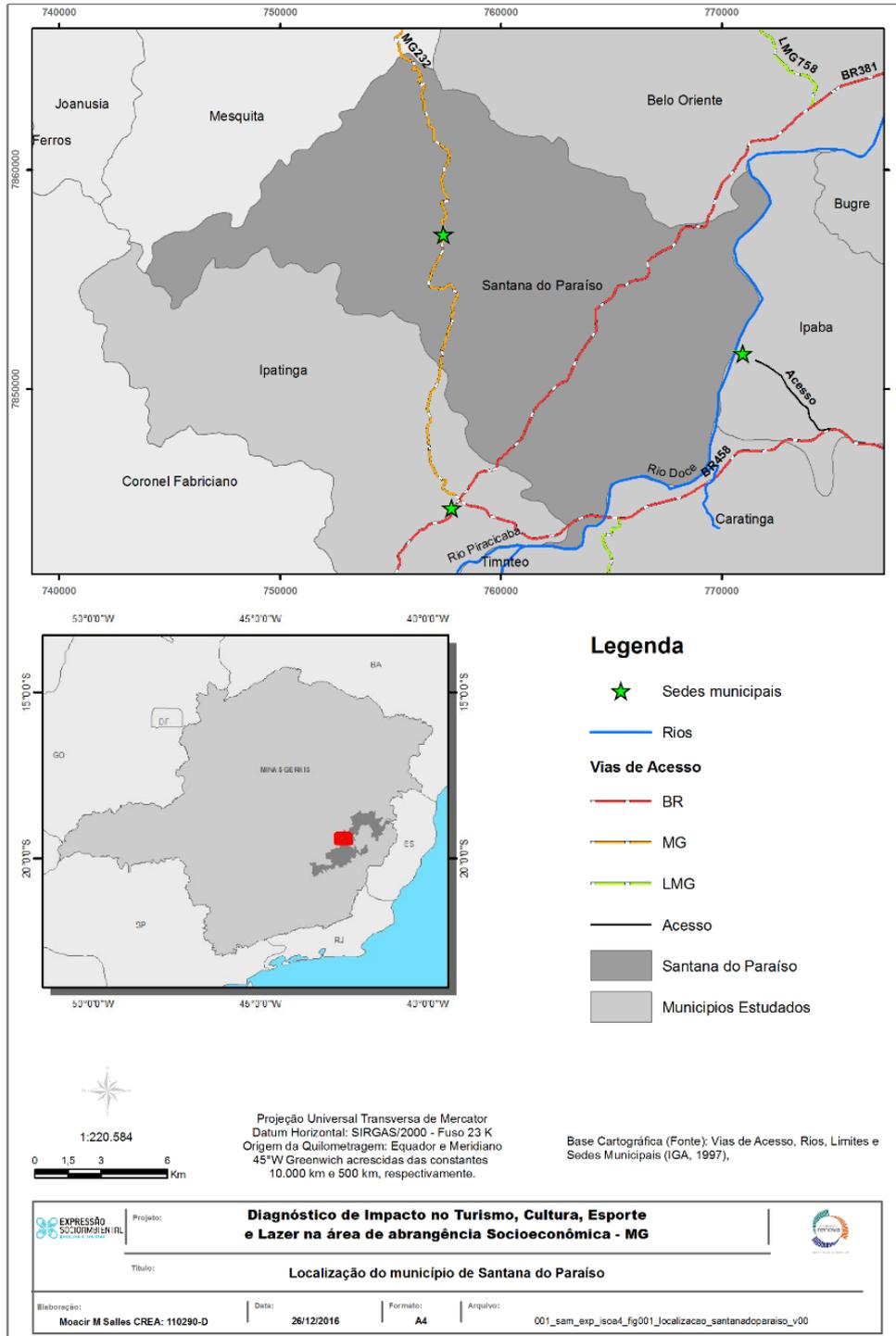


Figura 6 Mapa de localização do município de Santana do Paraíso

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Santana do Paraíso, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,308 do IDHM total, 0,200 do IDHM longevidade, 0,150 no IDHM renda e 0,398 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Santana do Paraíso e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Santana do Paraíso	0,377	0,560	0,685	0,678	0,771	0,878	0,513	0,577	0,663	0,154	0,394	0,552
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Santana do Paraíso foi de 0,685 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,154 para 0,552. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,878 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se em patamar superior ao verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Santana do Paraíso manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Santana do Paraíso, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 9,5%, entre 2010 e 2011, para 11,7%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 16,1% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 12,43% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Santana do Paraíso cresceu significativamente mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Santana do Paraíso e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Santana do Paraíso	424.653	9,5	474.304	11,7	550.521	16,1
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$14.230,00, em 2010, e R\$18.196,00, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

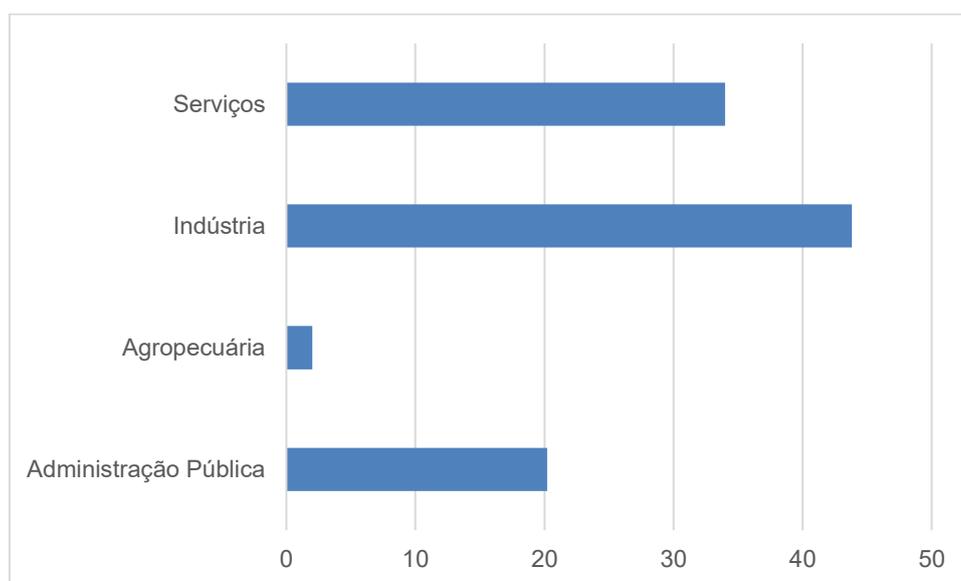
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Santana do Paraíso encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 20,2% e 34%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Santana do Paraíso



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria, cujo valor correspondente é 43,8%. A agropecuária, por sua vez, registra somente 2%. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para ambos os setores não se observa diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Santana do Paraíso possuía 4.451 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 9.202 no ano de 2010, indicando crescimento significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Santana do Paraíso e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Santana do Paraíso	4.451	9.202
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 96 empregos em 31 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 2 mil pessoas em 77 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 832 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Santana do Paraíso conta com Plano Diretor (Lei nº 359/2006) e Lei Orgânica (Lei nº 01/1995).

O município possui, ainda, com Código de Posturas (Lei nº 177/1999), legislação que trata do perímetro urbano (Lei nº 40/1991), Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº

118/1997), legislação que delimita a área de expansão urbana (Lei nº 119/1997) e Código de Obras e Edificações (Lei nº 178/1999).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Santana do Paraíso. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Santana do Paraíso para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

No inventário de oferta turística realizado em Santana do Paraíso foi registrado um total de 71 bens, serviços e atrativos. Entre os atrativos naturais do município, os destaques são as cachoeiras, como a do Bela Vista e a do Moinho. A festa do divino e o congado Santana do Paraíso representam umas das principais manifestações culturais locais. Embora com expressivo potencial turístico, o município dispõe de poucos serviços direcionados a esse setor.

Tabela 7 Tabela síntese do inventário de oferta turística – Santana do Paraíso

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	41
Equipamento de hospedagem	5
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	18
Transporte	4
Locais/templos de manifestação de fé	10
Serviços e equipamentos para eventos	3
Outro serviço e equipamento turístico	1
Equipamentos Culturais	3
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	10
Equipamentos de Esporte e Lazer	10
Atrativos	13
Atrativo natural	5
Atrativo cultural	8
Diversidade Cultural	4
Grupos Culturais	3
Calendário Cultural	0
Gastronomia	1
Total	71

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

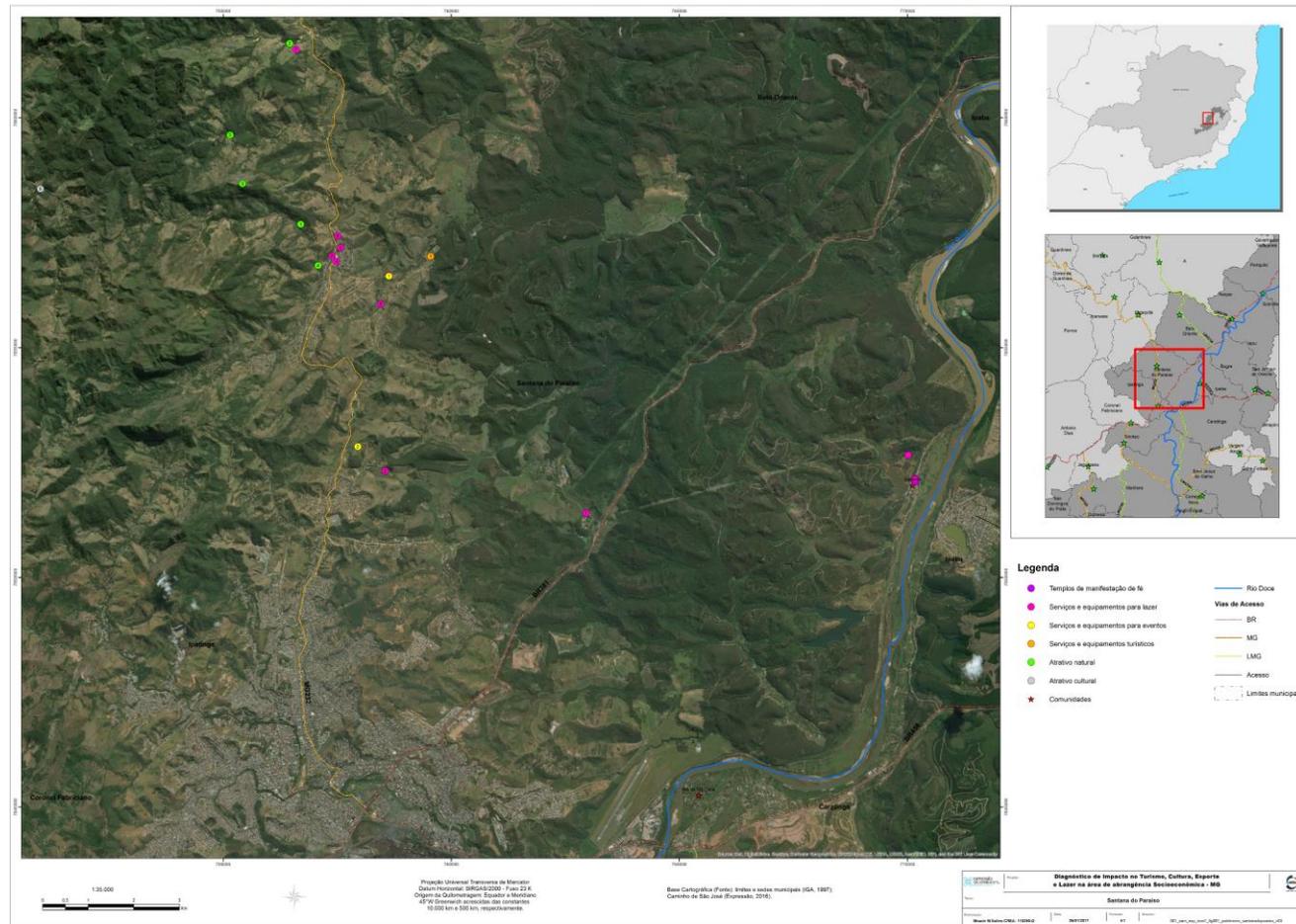


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Santana do Paraíso

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor turístico estabelecem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispendo de órgão específico, Conselho, Fundo e Plano, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este indicador se

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Santana do Paraíso ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Todavia, Santana do Paraíso possui órgão responsável pela gestão da política de turismo, sendo este a Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Santana do Paraíso também dispõe de Plano Municipal de Turismo – PMT, instituído por lei.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. Assim, PMDTS, PMT ou Plano Diretor de Turismo (PDT), de fato, são instrumentos similares de planejamento, somente se diferenciando por sua nomenclatura. De modo geral, possuem um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Santana do Paraíso também possui Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo, disposta pela Lei nº 556/2011. Em seu Artigo 1º, consta que “Entende-se por Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo, um conjunto de diretrizes, normas e atividades turísticas, de recreação e de lazer, integradas sob planejamento específico, destinada ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Município de Santana do Paraíso”.

Desse modo, verifica-se que a referida Lei tem por objetivo:

“I - Planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no Município de Santana do Paraíso, de forma a desenvolvê-la em harmonia, com a preservação da biodiversidade, a conservação dos ecossistemas regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, visando melhorar as condições de vida da população local;

II - Controlar o crescimento do turismo e evitando a degradação ambiental, garantindo a qualidade dos produtos e serviços;

III - Fortalecer a cooperação interinstitucional, congregando os segmentos sociais interessados em investir e desenvolver a conservação do meio ambiente, promovendo a sinergia entre os segmentos da iniciativa privada, do setor público, da comunidade local e dos turistas/ consumidores;

IV - Promover a conscientização, capacitação e estímulo da população local, para a atividade do turismo sustentável;

V - Identificar e aperfeiçoar o potencial turístico do Município, mediante ações governamentais e apoio da iniciativa privada;

VI - Promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo;

VII - Promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental;

VIII - Valorizar e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais;

Sendo assim, ainda segundo esta mesma Lei, foi criado o Sistema Municipal de Turismo para gerir e administrar a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo, composto por:

I - Órgão Executivo: Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

II - Órgão Normativo e Deliberativo: Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

III - Órgão Consultivo: membros da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, Entidades da Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais - ONG's, e a comunidade científica relacionada ao turismo e meio ambiente.

A gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo fica a cargo da “Administração Pública, com o apoio técnico do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, juntamente com a Sociedade Civil organizada, comunidade científica e órgãos públicos competentes”.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Santana do Paraíso possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, instituído pela Lei Municipal nº 347/2006 como principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo local, inclusive na elaboração do Plano Municipal de Turismo, que também deve contar com a participação da sociedade civil.

Segundo o gestor municipal entrevistado, o COMTUR encontra-se ativo. O referido Conselho é deliberativo e composto por 11 membros, sendo cinco representantes governamentais e seis da sociedade civil, conforme se pode observar abaixo:

“I – 01 representante da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

II – 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer;

III – 01 representante da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente;

IV – 01 representante da Câmara Municipal de Santana do Paraíso;

- V – 01 representante da Associação Comercial, Industrial, e Prestação de Serviços de Santana do Paraíso;
- VI – 01 representante das Associações de Moradores de Santana do Paraíso;
- VII – 01 representante dos Meios de Hospedagens;
- VIII – 01 representante dos Equipamentos de Lazer;
- IX – 01 representante do Instituto CENIBRA;
- X – 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Paraíso;
- XI – 01 representante da EMATER”.

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

Considera-se este o principal mecanismo que visa a participação social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT. Os fóruns e conferências municipais também se constituem em importantes instrumentos de participação. Porém, Santana do Paraíso não conta com os mesmos.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”¹¹. Desse modo, verificou-se que “Os gastos

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

orçamentários de Santana do Paraíso na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009.” (FJP, 2013).

O município possui Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), instituído pela Lei nº 175/1999, que encontra-se regulamentado. O COMTUR delibera sobre a utilização de seus recursos e a Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento Econômico se incumbem da sua gestão. Seus recursos são provenientes de dotação orçamentária própria, contribuição, transferências, subvenções e doações.

Segundo o gestor público entrevistado, já foram aprovados projetos no FUMTUR, tais como: ampliação da rampa de vôo livre; construção de deck para vôo livre; e realização de eventos, a exemplo do Fórum Municipal de Turismo e da Festa do Tropeiro. Todavia, o município não dispõe de uma legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no fomento e desenvolvimento da atividade no nível municipal.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Santana do Paraíso participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual dessa política setorial. A localidade integra o Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas¹², constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce, a saber: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo.

“Em cada um desses municípios, encontra-se uma porção da riqueza natural da região, contemplada pela maior reserva contínua de Mata Atlântica e o terceiro maior complexo lacustre da América Latina, com 42 lagoas, onde já foram listadas mais de 1.000 espécies de vegetais e animais. Somam-se a isso cachoeiras, trilhas, natureza preservada, boa acolhida, história e modernidade” (SENAC MINAS, 2016).

12 http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85

O município também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e receberá em 2017, ano de referência de 2015, o montante de R\$ 1.544,67¹³. Essa política visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses financeiros mensais, condicionados à formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Santana do Paraíso possui Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre os espaços e equipamentos de turismo foram validadas e atualizadas em pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados seis meios de hospedagem em Santana do Paraíso. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município conta com 44 unidades habitacionais, totalizando 186 leitos e 100 vagas em camping.

A seguir, apresentam-se os meios de hospedagem inventariados em Santana do Paraíso:

13 Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).



- Recanto do Chicão;
- Pousada Veredas da Serra;
- Tijota Park Hotel Fazenda;
- Camping Cachoeira de Cima;
- Hotel Distenio.

Recanto do Chicão



Pousada Veredas da Serra



Tijota Park Hotel



Hotel Distenio



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em relação aos empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados, foram identificados 17 estabelecimentos. Os locais que tiveram os inventários atualizados ou validados foram:

- Cantinho do Churrasco;
- Bar do Tico;
- Bar do Fizinho;
- Restaurante e Lanchonete Rocinha;
- Padaria Getsêmani;
- Bar do Tião;
- Restaurante Paraíso;
- Lanchonete da Pri;
- Bar do Elias;
- Lanchonete Bom Gosto;
- Sorveteria Ribeiro;
- Cantinho Mineiro;
- Recanto Restaurante, Pizzaria e Sorveteria;
- Padaria Sabor e Arte;
- Tijota Park Hotel;
- Kassiu's Restaurante;
- Restaurante Cachoeira do Paraíso.

Tabela 8 Serviços e equipamentos de alimentos e bebidas

Cantinho do Churrasco



Bar do Tico



Bar do Fizinho



Restaurante e Lanchonete Rocinha





Padaria Getsêmani



Bar do Tião



Restaurante Paraíso



Lanchonete da Pri





Bar do Elias



Lanchonete Bom Gosto



Sorveteria Ribeiro e



Cantinho Mineiro





Recanto Restaurate



Sorveteria e Padaria Sabor e Arte



Tijota Park Hotel



Kassiu's e Restaurante Cachoeira do Paraíso

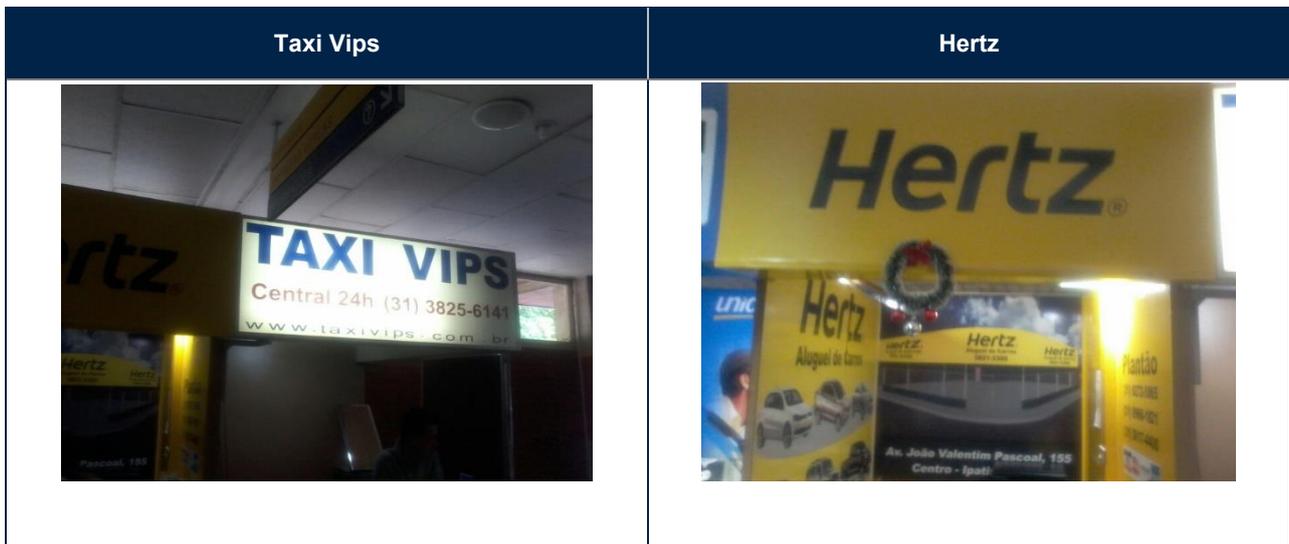


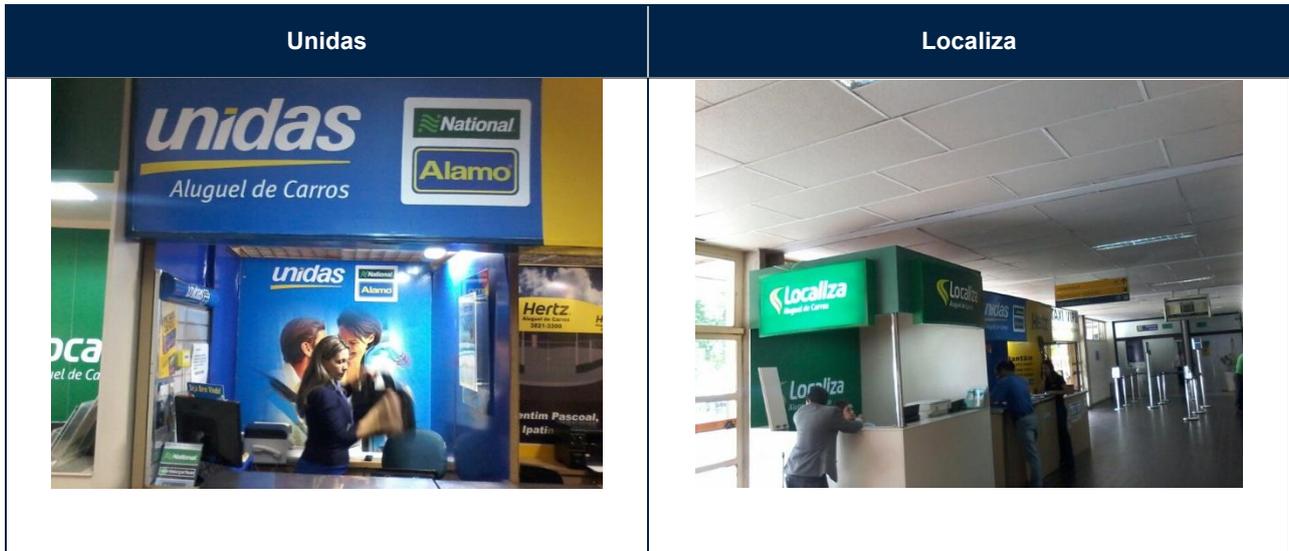
Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

O levantamento de dados em campo possibilitou identificar que as duas agências de transporte descritas no Inventário Turístico elaborado em novembro de 2016 não encontravam-se em funcionamento. No que diz respeito aos serviços e empresas de transportes terrestres, foram identificadas uma empresa de taxi e três locadoras de veículos, todas localizadas no Aeroporto da Usiminas. São elas: Taxi Vips; Hertz Locadora; Unidas; e Localiza.

Tabela 9 Serviços de transporte





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Outro equipamento de transporte de importância regional é o Aeroporto da Usiminas. Embora conhecido popularmente como Aeroporto de Ipatinga, ele está localizado no município de Santana do Paraíso. Trata-se de um aeroporto doméstico que atende principalmente a Região Metropolitana do Vale do Aço. Segundo a empresa administradora – Sosicam, o aeroporto possui vôos diários com destino às cidades de Belo Horizonte e São Paulo, onde é possível realizar conexões com outros destinos.

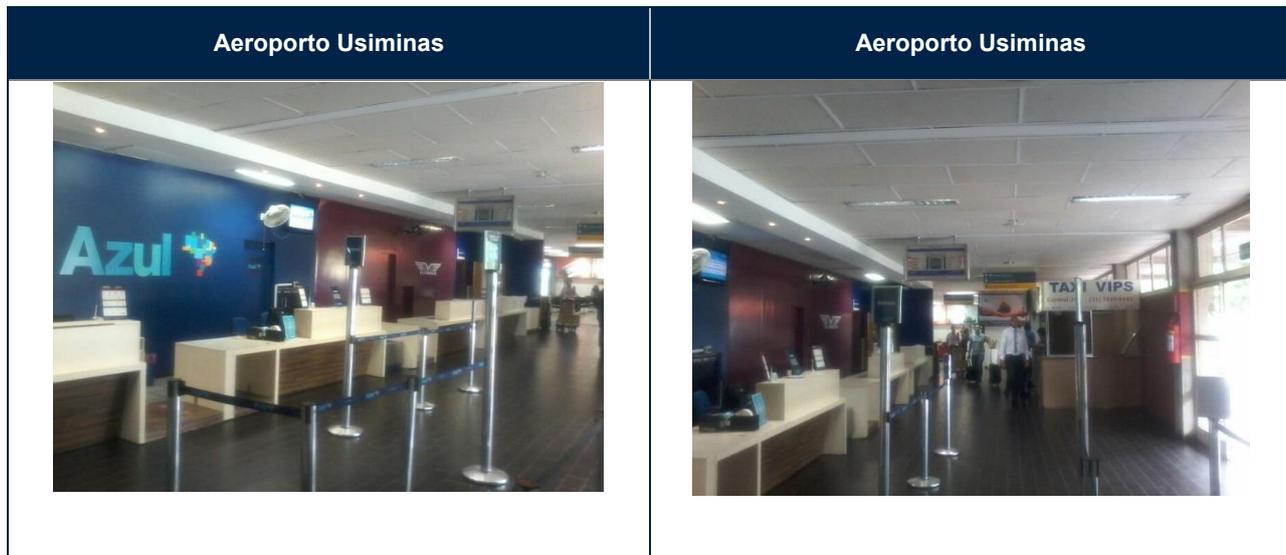


Figura 8 Aeroporto Usiminas

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados 16 locais e templos de fé no município, a saber:

- Igreja Pentecostal Mundial das Nações;
- Igreja do Evangelho Quadrangular;
- Assembleia de Deus Atalaia;
- Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo;
- Assembleia de Deus;
- Igreja Batista Eminente;
- Assembleia de Deus Missões;
- Capela de Santo Antônio;
- Capela Sagrado Coração de Jesus (Capela do Merengo);
- Igreja Matriz de Santa Cruz;
- Capela Nossa Senhora das Mercês;
- Igreja Presbiteriana Renovada;
- Igreja Presbiteriana do Brasil;
- Igreja Cristã Maranata;



- Assembleia de Deus;
- Igreja Santana;
- Igreja Nossa Senhora das Graças.

Tabela 10 Locais e templos de fé/edificações

Igreja Presbiteriana Mundial das Missões	Igreja do Evangelho Quadrangular
	
Assembleia de Deus Atalaia	Igreja Pentecostal Evangélica o Brasil Para Cristo
	



Assembleia de Deus



Assembleia de Deus Missões



Capela Santo Antônio



Capela Sagrado Coração de Jesus





Igreja Matriz de Santa Cruz



Capela de Nossa Senhora das Mercês



Igreja Presbiteriana Renovada



Igreja Presbiteriana do Brasil



Igreja Cristã Maranata



Assembleia de Deus



Igreja Santana



Igreja Nossa Senhora das Graças



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Santana do

Paraíso. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.5 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

O levantamento de dados em campo possibilitou identificar e inventariar duas infraestruturas de equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows:

- Florenza Salão de Festas;
- Paradise House Party.



Figura 9 Florenza Salão de Festas e Paradise House Party

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Foram identificados, ainda, outros serviços e equipamentos utilizados por visitantes para fins turísticos, ainda que este não seja o seu uso principal:

- Centro de Assistência Social Educacional João Matias de Oliveira e Celia (CEJOC);
- Centro de Evangelização Padre Efraim Solano.



Figura 10 Centro de Assistência Social e Centro de Evangelização Padre Efraim Solano

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

No município de Santana do Paraíso, foram inventariados cinco atrativos naturais passíveis de serem utilizados para fins turísticos. São eles:

- Rampa de vôo livre;
- Cachoeira do Moinho;
- Cachoeira Zé Onório;
- Cachoeira Bela Vista;
- Cachoeira Paraíso (Fazenda Cachoeira de Cima),
- Lagoa da Prata.



Rampa de Voo Livre



Cachoeira do Moinho

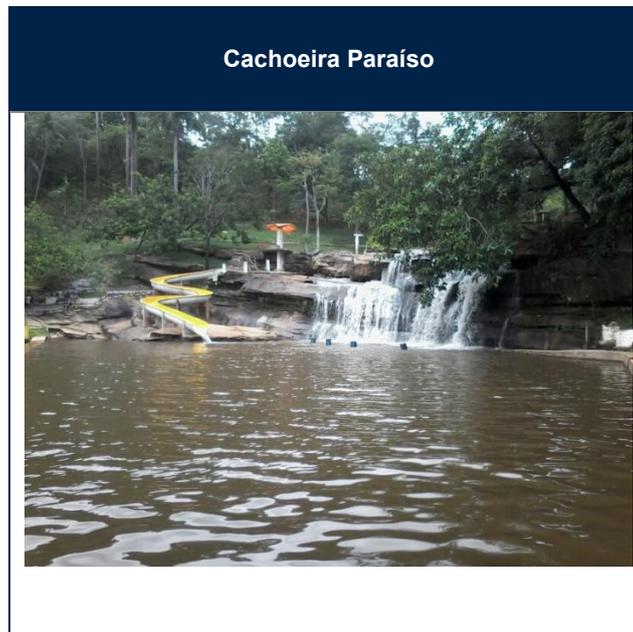


Cachoeira Zé Onório



Cachoeira Bela Vista





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Santana do Paraíso, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos, diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

Em Santana do Paraíso a gestão das políticas culturais estão sob a responsabilidade da Seção de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer. Subordinado à Seção de Cultura, encontra-se o Setor Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁴, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública para o setor, articulando ações entre os vários atores do campo cultural.

Santana do Paraíso ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não possui mapeamento ou banco de dados culturais. Quanto ao Plano Municipal de Cultura, os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁵, realizada pelo IBGE, apontam que, à época, sua elaboração se encontrava em fase de discussão com a comunidade. Entretanto, a pesquisa de campo apurou que tal documento ainda não foi elaborado.

O município não tem política cultural estruturada e, por essa razão, se dedica à realização de ações pontuais de fomento e apoio às manifestações populares e tradicionais locais. Em entrevista realizada com gestor municipal, foram citadas ações de apoio a eventos, festividades, seminários, encontros, além de projetos de incentivo à leitura e de formação artística e cultural e iniciativas de terceiros, por meio do aporte de recursos próprios ou serviços.

14 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

15 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

As principais ações e projetos em desenvolvimento pela Seção de Cultura consistem na realização de eventos, em especial a Festa de Santana e a comemoração do aniversário da cidade.

O município não dispõe de sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a sua gestão cultural.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

O mecanismo de participação da sociedade civil na política cultural em Santana do Paraíso é o Conselho Municipal de Patrimônio, instituído pela Lei nº 545/2011. O Conselho possui caráter deliberativo e fiscalizador, sendo sua composição paritária e seus membros definidos por meio de indicações, que, por sua vez, são encaminhadas pelas instituições partícipes. Observou-se, ainda, que os mandatos dos membros é de dois anos.

Segundo informações constantes do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP Cultural¹⁶ (2012), o município realizou sua primeira Conferência Municipal de Cultura no ano de 2009.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com informações do DRP Cultural (2012), Santana do Paraíso não possui Fundo ou Lei Municipal de Incentivo à Cultura. O único Fundo existente é o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, criado pela Lei nº 422/2008. Informa-se que metade de seus recursos é destinada à preservação do patrimônio cultural, e metade ao incentivo a projetos culturais.

No que se refere às rubricas do orçamento municipal destinadas à cultura, constata-se que grande parte dos recursos executados é voltada para a realização de dois grandes eventos

¹⁶ Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Santana do Paraíso. Tal documento foi elaborado em 2011/ 2012, no contexto do projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura (Artmanagers, 2012), projeto aprovado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais e financiado pela Usiminas, do qual participaram artistas, produtores e gestores culturais da região.

anuais, a Festa de Santana e o Aniversário da Cidade, ficando as demais ações culturais com pequeno ou nenhum apoio para sua viabilização.

No orçamento de 2014, por exemplo, que pode ser consultado no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁷, constam cerca de R\$ 664 mil gastos na função Cultura (1,6% do orçamento municipal anual). Desse total, mais de 79% foram destinados às festividades e comemorações culturais, para pagamento de estrutura e cachês para shows durante as duas festas mencionadas; 1% foi utilizado no pagamento de consultoria contratada para realização do inventário do patrimônio cultural e de produção de documentações necessárias para inscrição do município no ICMS Patrimônio Cultural; 4% para manutenção das atividades da biblioteca pública municipal; e os 6% restantes para manutenção de todas as demais atividades artísticas e culturais ao longo do ano.

Já no orçamento de 2015 foram executados R\$ 598 mil na função Cultura, que correspondem a 1,3% do orçamento municipal. Esse valor foi distribuído entre a manutenção das ações da biblioteca pública municipal, para a qual destinaram-se 4,5% do total, e as festividades e comemorações, contempladas com 95,5% do montante destinado à função cultura no referido ano. Salienta-se que neste mesmo ano não foram destinados recursos para ações de promoção e proteção do patrimônio cultural e, tampouco, para manutenção de atividades culturais regulares.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada em municípios do interior, é desfavorável à implementação da política pública de cultura, considerando que o protagonismo municipal se restringe ao financiamento e realização de eventos de massa, com pagamento de cachês expressivos para artistas nacionais. Adicionalmente, tal foco subtrai a possibilidade de realização de ações alinhadas com as outras prioridades da

17 Sítio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Política Nacional de Cultura, como a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, entre outras.

O município de Santana do Paraíso participa da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁸ promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada à cada localidade.

Nesse quesito, verifica-se tendência ao crescimento dos valores recebidos nos últimos anos. Em 2016, o município recebeu R\$ 126.443,84 do ICMS¹⁹, valor este que deve ser elevado para o exercício 2017, visto que a pontuação mais recente também subiu – de 2,90, em 2016, para 7,20, em 2017.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

Durante a produção do DRP, em 2012, a falta de equipamentos culturais para o desenvolvimento do setor em Santana do Paraíso já era uma das principais dificuldades apontadas pelos entrevistados. Já em 2013, o IMRS avaliou que a localidade não apresentava pluralidade de equipamentos, assim como 72,6% dos municípios mineiros.

Santana do Paraíso já possuía o Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre os espaços e equipamentos de cultura do município

18 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

19 Os valores do ICMS de 2016 não incluem o valor repassado no mês de dezembro.

foram validadas e atualizadas em pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Santana do Paraíso não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, museus, galerias, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

As atividades e manifestações artísticas e culturais ocorrem em espaços alternativos, como igrejas, salão paroquial, escolas, praças – com destaque para a Praça da Matriz – e o galpão da Secretaria de Assistência Social. Há também algumas áreas privadas ao ar livre onde ocorrem eventos e festas. Um espaço mencionado como relevante para a cultura local é o Centro de Assistência Social e Educacional João Matias de Oliveira e Célia – CEJOC, no qual são oferecidas atividades esportivas e culturais.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Santana do Paraíso possui uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal Romancina de Oliveira Barbosa. Instalada em área de 35 m², a biblioteca encontra-se em estado regular de conservação, dispõe de acervo com 3 a 4 mil livros, tem 209 leitores cadastrados e é frequentada, em média, por 60 leitores por mês.

Os entrevistados durante o levantamento de campo apontaram a catalogação do acervo da biblioteca como algo necessário a ser realizado. Ademais, verificou-se que o município tampouco dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivo público e museus.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Santana do Paraíso apresenta grande diversidade e alta densidade de iniciativas culturais, sejam estas realizadas pelo poder público e/ou por artistas, grupos, organizações, produtores ou gestores culturais independentes.

Além dos diversos eventos e festejos realizados ao longo do ano, o município conta com expressivo número de pessoas que se envolvem na produção artística e cultural de maneira constante, compartilhando ações e recursos.

As principais manifestações culturais em Santana do Paraíso estão relacionadas à forte religiosidade, além de ofícios tradicionais e do artesanato. Destacam-se as manifestações de Capoeira, do Batuque em Ipabinha e do Congado de Nossa Senhora do Rosário, que tem na dança das fitas uma de suas principais tradições vivas.

Na gastronomia, foram destacadas a receita de Fubá Suado de Santana do Paraíso e a qualidade da Cachaça Colosso.

No artesanato, os entrevistados citaram as atividades de bordado, tricô e ponto cruz, e da arte com materiais reciclados.

Dados da MUNIC 2014 apontam a atuação de grupos de teatro, dança, capoeira e manifestações artísticas da cultura popular.

No DRP (2012) também foram mencionados os trabalhos de diversos artistas nas áreas de dança, teatro, fotografia, cenografia, literatura e música. No que se refere à música, destaca-se a relevância do Bairro Industrial, onde atuava a banda de rock Violetas Verticais.



Fonte: <http://tnb.art.br/rede/violetas-verticais>

Essa fonte de informação também aponta a atuação da Organização Não Governamental CEJOC, que desenvolve atividades formativas, além do Coletivo Jovem Buteco do Portuga, que atua nas áreas social, cultural, de políticas públicas e meio ambiente, desenvolvendo ações para a juventude. O grupo é associado ao Coletivo Fora do Eixo.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O evento mais tradicional do município é a Festa de Santana, herdada de Mesquita, município do qual Santana do Paraíso se emancipou. A festa, que atrai milhares de pessoas todos os anos, é uma reverência à Padroeira da Cidade e é realizada no dia 26 de julho, contando com novenas, procissão, shows e festas com fogueira e barraquinhas.

Festa de Santana, 2015



Fonte: Santana do Paraíso, 2016

A Festa do Divino é realizada no mês de janeiro e contempla, entre seus ritos, a eleição do Rei e da Rainha do Congado, hasteamento da Bandeira do Divino e dança das fitas.

A Festa do Rosário, realizada em outubro, conta com a participação do grupo folclórico de Marujada, procissão das bandeiras, saída do império, apresentação da Marujada e do Congado, barraquinhas e leilões.

No DRP (2012) constam, ainda, como eventos que integram o calendário cultural do município:

- Abril: aniversário da cidade, que é comemorado com festas na rua, shows musicais e o tradicional bolo de aniversário, com metragem correspondente ao número de anos que a cidade está comemorando – dia 28;
- Junho: festas juninas;
- Setembro: cavalgada.

Outras manifestações antes existentes encontram-se desativadas, como é o caso da Festa da Amizade na comunidade de Ipaba do Paraíso e a festa do Boi Balaio, manifestação popular ocorrida sempre aos sábados de Aleluia.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A política municipal de preservação do patrimônio cultural vem sendo gradativamente implantada em Santana do Paraíso. Marco importante nesse processo foi a instituição da Lei Municipal nº 157/99.

Em 2011, o município estabeleceu normas de proteção ao patrimônio cultural e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, por meio da Lei nº 545/2011, que revogou as leis municipais nº 157/1999 e nº 363/2006. O Conselho é a instância responsável pela orientação e formulação da política de patrimônio, que se dá através dos seguintes instrumentos: Inventário; Registro de Bens Imateriais; Tombamento de Bens Materiais Móveis e Imóveis; Vigilância; Desapropriação; e outras formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural. Seus membros, porém, foram nomeados apenas em 2013, por meio do Decreto nº 419.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a referida Lei define, em seu Art. 1º, que “Constituem Patrimônio Cultural do Município de Santana do Paraíso – MG, os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da Comunidade Municipal, entre os quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, tecnológicas e artísticas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico;

VI - Os lugares onde se concentram e se reproduzem às práticas culturais coletivas.”

A legislação de proteção do patrimônio, de natureza material e imaterial, é o primeiro passo para a implementação de uma política pública de proteção ao patrimônio cultural. Avalia-se, pois, que essa legislação seja um diferencial na gestão cultural dos municípios. Em 2013, o município de Santana do Paraíso, tal como 85,8% dos municípios de Minas, dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural (IMRS).

Os investimentos na política de proteção ao patrimônio geraram ganhos financeiros para o município, que, todavia, registrou oscilação na pontuação no ICMS Patrimônio Cultural nos seguintes exercícios: 11,30 em 2013; 2,90 em 2015; e 7,20 em 2017.

O pico de pontuação, alcançado em 2013, deu-se em função do envio ao IEPHA da Lei nº 545/2011, que estabeleceu as normas de proteção ao patrimônio cultural e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. A atual pontuação do município (7,20) ainda está abaixo da pontuação média dos municípios mineiros (7,83) e muito distante da maior pontuação do estado, atribuída a Mariana (58,50).

Quanto aos bens protegidos, observa-se que os oriundos de tombamento municipal, realizado em 1999, são:

- Árvore da Gameleira;
- Antigo casarão da Companhia Belgo Mineira, em Ipaba, que se encontra em péssimo estado de conservação, com escoramento da fachada. A proposta da comunidade é que esse casarão seja restaurado para implantação de um equipamento cultural multiuso, incluindo uma biblioteca.

Tabela 11 Patrimônio Cultural e Memória

Gemeleira de Santana do Paraíso	Casarão da Cia. Belgo Mineira, Ipaba
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Já as estruturas arquitetônicas e urbanísticas protegidas por Inventário – e respectivas datas de proteção – em Santana do Paraíso são:

- Casarão de Alberto Madeira (2008);
- Praça da Matriz (2008);
- Igreja Matriz de Santana (2008);
- Casarão da Fazenda do Genésio – Córrego do Pompéu (2008);
- Residência de D. Antônia Nunes de Oliveira (2011);
- Ruínas da Estação de Ipaba – Margem da Estrada de Ferro (2008);
- Residência de Pedro Teodoro da Silva (2011);
- Escola Municipal José Dias Bicalho (2011);
- Escola E. Albertino Ferreira Drumont (2011);
- Praça de Eventos de Santana do Paraíso (2011);
- Capela de Nossa Senhora Aparecida – Bairro Industrial (2011);
- Residência de Joé Carlos Gomes de Freitas (2015).

Bens móveis e integrados protegidos por Inventário – e respectivas datas de proteção –, por sua vez, são:

- Imagem da Sagrada Família (2011);
- Imagem de Santana (2011);
- Busto do Sr. Maneca – Praça da Matriz (2011);
- Busto dos Mineiros Ilustres – Praça da Matriz (2011);
- Imagem Sagrado Coração (2011);
- Imagem Nossa Sr.^a Aparecida (2011);
- Cocho de Rapadura – Residência de José C. G. de Freitas – Cachoeira de Cima (2015);
- Carro de Boi – Residência de José C. Gomes Freitas – Cachoeira de Cima (2015).

Há, em 2008, um arquivo protegido por inventário, o Arquivo da Biblioteca Pública Romancina de Oliveira Barbosa.

Naquilo que se refere aos bens imateriais protegidos por registro, tem-se: a Festa de Santana, protegida pela Decreto nº 646/2016 na categoria Celebrações, devido ao seu valor histórico; e o Congado.

Os bens naturais protegidos por inventário – e respectivas datas de proteção – em Santana do Paraíso, por seu turno, são:

- Cachoeira do Engenho Velho (2008);
- Pico da Serenata – Residencial Paraíso (2008);
- Cachoeira Bela Vista – Córrego Mendes (2008);
- Cachoeira da Batinga – Zona Rural (2008);
- Lagoa da Prata – Zona Rural (2008);
- Cachoeira Paraíso – Balneário Cachoeira Paraíso (2015).

A frondosa árvore gameleira, cuja idade não foi identificada, é um caso curioso e raro de tombamento de espécie vegetal, justificado por sua forte representação simbólica e

identitária. O referido patrimônio cultural encontra-se localizado em canteiro da Avenida Brasil, na entrada da cidade.

Segundo entrevistados, existe também no município um quilombo remanescente na Comunidade do Achado. Segundo o Portal Diário do Aço²⁰ em matéria publicada em 2007, a comunidade, conhecida como “Achado dos Pretos”, concentra uma população possivelmente de origem quilombola, devido às suas características em comum com outras comunidades quilombolas do país. Entretanto, ela ainda não consta da relação das comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais, tal qual pode-se constatar por meio do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes²¹.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Santana do Paraíso desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural. Em 2015, o bem escolhido foi a Praça da Matriz, local de realização de várias atividades culturais e de lazer, onde está localizada também a Igreja Matriz de Santana, bem tombado.

Participaram do projeto os alunos do 5º ano da Escola Municipal José Dias Bicalho Filho. Além de conceituar patrimônio cultural, comunidade, vida em sociedade e preservação da memória, foi reforçada a necessidade de manutenção da praça como lugar de convivência e lazer. Conforme o relatório de avaliação da iniciativa “Dois bens culturais que antes eram

20 <http://www.diariodoaco.com.br/>

21 http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_mg.html

vistos apenas com um templo religioso e um espaço social, foram apresentados e resignificados como itens formadores sócio-históricos do município”.

Em setembro de 2015, a biblioteca pública desenvolveu o projeto “Encantos do Livro. Um incentivo à leitura e contação de histórias” para alunos da educação infantil, no âmbito da Jornada Mineira de Patrimônio.

Na edição do Circuito Usiminas de Cultura de 2016, Santana do Paraíso recebeu uma oficina de educação patrimonial, cujo objetivo era “estimular a identificação e o cuidado com os bens culturais da cidade”.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Santana do Paraíso, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Santana do Paraíso é atribuição da Seção de Esporte e Lazer, subordinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer. Portanto, a gestão desses setores encontra-se associada à gestão de outras políticas.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale ser papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Santana do Paraíso não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e

Lazer. Contudo, o Plano Diretor, instituído pela Lei nº 359/2006²², dispõe em seu Artigo 30º que “a política municipal de educação, esporte, cultura e lazer tem como fundamento a promoção de ações que assegurem educação de qualidade e o desenvolvimento sócio-artístico-cultural para o exercício da cidadania, adequada utilização do tempo livre, a prática esportiva, a melhoria e conservação da saúde por meio da atividade física e a sociabilização”.

O município também não dispõe de sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer, conforme informou a representante da prefeitura entrevistado²³.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Santana do Paraíso dispõe de Conselho Municipal de Esporte, instituído pela Lei nº 493 de 09 de abril de 2010. O referido órgão possui caráter consultivo e representação paritária, encontrando-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo informou a representante municipal entrevistada, Santana do Paraíso não possui Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer. Todavia, informações levantadas no sítio eletrônico da prefeitura atestam a existência de legislação municipal de incentivo ao esporte e/ou lazer, a Lei Municipal nº 849, de 07 de julho de 2016. A referida Lei “dispõe sobre a criação do ‘Programa Municipal de Incentivo à prática de esporte de futebol feminino’, no município de Santana do Paraíso e dá outras providências”.

22 Alterada pela Lei Municipal nº. 547 de 10 de janeiro de 2011.

23 A representante municipal entrevistada assumiu o cargo de Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer em maio de 2016. Alguns dos diretores que trabalhavam desde início da gestão foram exonerados e outros saíram antes, a fim de ingressar na carreira política.

De acordo com a entrevistada, há dotação orçamentária destinada especificamente à Seção de Esporte e Lazer, ainda que não tenha informado o percentual que, em média, esta representa para o orçamento geral do município. A entrevistada declarou, ainda, que a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas dos setores em questão.

Os dados relativos ao indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²⁴, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer evidenciam que, em 2013, os gastos orçamentários de Santana do Paraíso nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,6% do total do orçamento municipal, conforme indicado nas prestações de contas anuais. Em 2009, esse percentual era de 0,4% (FJP, 2013), representando aumento de 0,2% no gasto orçamentário no período compreendido entre os anos de 2009 e 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Santana do Paraíso tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2013, o Instituto Brasil Igualdade Social – IBIS teve dois projetos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, ambas no Edital 02/2013. O projeto “Equipe de Judô IBIS/CEJOC”, que seria desenvolvido apenas em Santana do Paraíso, não foi realizado, porém, uma vez que a instituição proponente desistiu da captação. Entretanto, o projeto “Esporte + Educação = Cidadania” teve 100% de seu valor 100% captado e sua execução encerrada.

24 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

A partir de informações coletadas em campo, observou-se que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são o futebol e o judô, bem como o uso de cachoeiras e rampa de vôo livre.

Os dados relativos ao indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²⁵, integrantes do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer evidenciam que, em 2013, “Santana do Paraíso estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

Em consulta ao Relatório de Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, observou-se que o município não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho não se encontra cadastrado e, tampouco, ativo. Ressalta-se que o ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Foram identificados e inventariados nove espaços ou infraestruturas de esporte e/ou lazer que se constituem em locais de encontro da comunidade, recreação, lazer, shows, festas e eventos, bem como de atividades físicas, esportivas e culturais. São eles:

²⁵ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.



- Paradise House Party;
- Praça do Oliveira;
- Praça Antônio Luiz Maneca²⁶;
- Praça Dona Maria do Carmo;
- Quadra pública de Ibapa do Paraíso;
- Estádio Municipal João Bárbara da Silveira;
- Praça Ademar Sérgio Rodrigues;
- Tijota Park Hotel Fazenda;
- Pesque e Pague do Geraldo.

Tabela 12 Espaços e equipamentos de esporte e lazer

Paradise House Party e Praça do Oliveira	Praça Antônio Luiz Maneca
	

²⁶ É a Praça da Matriz de Santa Cruz, tradicional espaço de realização de festas, do Fórum de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, feira de agricultura familiar e outros eventos populares que a “potencializam como espaço de lazer, cultura e desenvolvimento humano e social”.



Estádio Municipal João Bárbara da Silveira



Quadra Pública de Ibapa



Praça Ademar Sérgio Rodrigues



Praça Dona Maria do Carmo





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Durante o trabalho de campo realizado em Santana do Paraíso, identificou-se e inventariou-se seis atrativos que possuem elementos naturais e que podem ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: rampa de vôo livre; Cachoeira do Moinho; Cachoeira Zé Honório; Cachoeira Bela Vista; Fazenda Cachoeira de Cima; e Lagoa da Prata.

3.2.3.2.1 Pesca Amadora Esportiva

O levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental, em 2016, em Santana do Paraíso, permitiu verificar que, naquilo que se refere à relação da população com o rio Doce, há a prática de pesca amadora e/ou esportiva.

3.3 Diagnóstico de comunidades rurais próximas ao rio Doce

O levantamento identificou uma comunidade rural no município de Santana do Paraíso, que situa-se próxima ao rio Doce e está representada pela Figura 12 a seguir.



Figura 12 Mapa de localização da comunidade de Ipabinha

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1 Ipabinha

A comunidade de Ipaba de Santana do Paraíso, conhecida popularmente como Ipabinha, pertence ao município de Santana do Paraíso e tem cerca de 2.300 habitantes.

A economia local de Ipabinha baseia-se na agricultura, sendo que boa parte dos moradores trabalha em atividades rurais e na floresta de eucalipto que abastece a indústria de celulose.

Verifica-se estreita relação de Ipabinha com o rio Doce, tendo em vista seu uso para atividades tais como a pesca e a irrigação de plantações, além da travessia de balsa que transporta os moradores para Ipaba e Ipatinga, municípios próximos à comunidade.

Entre os equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer, a comunidade conta com campo de futebol.

Durante o levantamento de campo, os entrevistados apontaram não haver manifestações culturais ou celebrações. Ademais, verificou-se que as atividades turísticas na comunidade são realizadas esporadicamente.



Figura 13 Quadra de esporte em Ipabinha

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 14 Ipabinha de Paraíso

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi realizado no principal sítio de busca da internet, o google²⁷, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁸. As taxonomias utilizadas foram: I) Santana do Paraíso E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Santana do Paraíso E barragem. Para Santana do Paraíso, a utilização das taxonomias gerou alguns resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

27 goo.gl/46bXSx

28 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 13 clipping de notícias de Santana do Paraíso

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acess	Abrangência	Impacto
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário Popular	goo.gl/ka5OFr	Regional	Negativo
Lama de barragens de Mariana chega ao Rio Doce, no Leste de Minas	07/11/2015	G1 / Vales de Minas Gerais	goo.gl/kUHTvx	Regional	Negativo
Lama que vazou de barragens em Mariana chega a Ipatinga, no Vale do Rio Doce	07/11/2015	Estado de Minas	goo.gl/1FUbt7	Regional	Negativo
Programa de financiamento para empresas afetadas pela tragédia de Mariana é prorrogado	26/02/2016	Aconteceu no Vale	goo.gl/rDZu25	Nacional	Negativo
Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência	23/11/2015	R7	http://noticias.r7.com/minas-gerais/queda-de-barragem-em-minas	Nacional	Negativo
Audiência pública debate situação de municípios afetados por tragédia em MG	13/01/2016	UNALE	goo.gl/GMH6ct	Nacional	Negativo

CBH – Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH Suaçuí MG	goo.gl/S5Xa5w	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas. Entre eles, encontra-se a prorrogação do prazo de solicitação de financiamento ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) por parte das empresas pertencentes às localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, entre as quais está Santana do Paraíso²⁹. No sítio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Suaçuí, informa-se sobre encontro com a finalidade de discutir as ações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com a Samarco³⁰. Já na notícia “Lama de barragens de Mariana chega ao Rio Doce, no Leste de Minas”³¹, publicada pelo portal G1, o município de Santana do Paraíso é retratado em uma imagem na qual aparece o rio.

29 goo.gl/rDZu25

30 goo.gl/HZbst

31 goo.gl/kUHTvx



Figura 15 Subida de dois metros do nível do rio entre Santana do Paraíso e Caratinga

Fonte: Portal G1. Foto tirada por Wilkson Tarres. Disponível em: goo.gl/KUHTvx

No sítio da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), informa-se acerca de audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Entre os convidados para a ocasião, encontravam-se prefeitos das localidades atingidas³². O portal R7, por sua vez, informa que Santana do Paraíso se encontra entre aqueles municípios para os quais foi decretado situação de emergência ou calamidade pública em função do Evento³³.

O jornal Estado de Minas publicou em seu portal a notícia “Lama que vazou das barragens em Mariana chega a Ipatinga, no Vale do Rio Doce”³⁴. Nela, apresenta-se uma imagem e um vídeo referentes ao município de Santana do Paraíso.

32 goo.gl/GMH6ct

33 <http://noticias.r7.com/minas-gerais/queda-de-barragem-em-minas>

34 goo.gl/1FUbt7



Figura 16 Chegada da lama à Santana do Paraíso

Fonte: Estado de Minas. Foto de Leandro Couri. Disponível em: goo.gl/1FUbt7

Por fim, tem-se a notícia “Samarco assina acordo de R\$20 bi para a recuperação do rio Doce”, publicada pelo portal Diário Popular. Nela, informa-se sobre reunião realizada em Brasília e composta por representantes da Samarco, a Presidente da República Dilma Rousseff, entre outros. O objetivo da reunião era foi o de efetivar a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que, por sua vez, visa a destinar ações de reparação dos impactos provocados pelo “maior acidente ambiental da história do Brasil”. O município de Santana do Paraíso é citado entre aqueles que receberiam aporte financeiro do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Das notícias presentes na amostra, observa-se que 3 foram publicadas por veículos de abrangimento nacional, enquanto 4 possuem abrangência regional. Entre as notícias veiculadas em sítios de maior alcance não se verifica que tenham sido publicados por portais eletrônicos representantes da grande mídia. Já para as publicações de abrangência regional, nota-se que algumas estão situadas em veículos importantes, como G1 de Minas Gerais e o jornal Estado de Minas. Entre as notícias, em cinco as menções ao município se dão em

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Santana do Paraíso é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo³⁶, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³⁷ e a Onda Política³⁸ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³⁹ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia⁴⁰, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 14 Conjunto de textos acadêmicos

Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não

36 goo.gl/hBGDKp

37 goo.gl/BcEHVc

38 goo.gl/x1VYhC

39 Organização Não Governamental

40 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que o município de Santana do Paraíso foi mencionado em apenas uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS⁴¹ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”⁴², de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil⁴³.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás⁴⁴.

No documento, observa-se que a menção a Santana do Paraíso se trata de uma listagem⁴⁵. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

41 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

42 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

43 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

44 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

45 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão de turismo em Santana do Paraíso considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do setor. Dentro desse contexto, afirma-se o sistema de turismo do município está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais. Isso demonstra a preocupação afirmada com o setor, que, conforme o gestor público entrevistado, é muito importante para o município, tendo em vista sua capacidade de atrair investimentos e fazer circular renda na comunidade. Ademais, o entrevistado sinaliza para a possibilidade de ampliação das categorias de turismo em Santana do Paraíso.

Sendo assim, as potencialidades do setor turístico em Santana do Paraíso são o desenvolvimento dos seguintes segmentos: negócios; aventura; rural; histórico; cultural; e religioso. Destaca-se enquanto potencialidade, ainda, o ecoturismo, tendo em vista os principais pontos turísticos do município, a saber: Cachoeira Paraíso, Cachoeira Bela Vista e Rampa de vôo livre José Paulino dos Santos.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a falta de outros mecanismos de participação, tais como conferências e fóruns setoriais, além de fraca oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no (tais como hotéis, restaurantes e bancos). O baixo envolvimento da comunidade também é destacado, tendo em vista que, de acordo com o entrevistado, esta não se encontra sensibilizada para o turismo. Ademais, a ausência de investimento por parte de empresas locais e/ou próximas, que poderiam colaborar com o desenvolvimento do turismo local, demonstra que os empresários não estão engajados no setor, constituindo-se em mais uma fragilidade.

Logo, diagnostica-se que o turismo é importante alternativa econômica para o município, embora faltem algumas iniciativas de fomento, tanto por parte do poder público, quanto da iniciativa privada.

4.2 Cultura

Verifica-se que em Santana do Paraíso são realizados investimentos expressivos em difusão cultural, embora restritos a eventos de massa, refletindo uma visão mais tradicional e desatualizada das novas diretrizes nacionais para as políticas culturais, bem como dos instrumentos e ferramentas disponíveis e necessários à gestão municipal. Ademais, o Sistema Municipal de Cultura ainda não foi estruturado e a política cultural não apresenta um conjunto de ações articuladas, continuadas e consistentes.

Durante a realização do DRP, em 2012, foram levantados os pontos fracos/dificuldades e os pontos fortes/potencialidades da cultura em Santana do Paraíso. De acordo com tal documento, as principais fragilidades locais eram:

- Falta de incentivo às ações e grupos culturais;
- Ausência de um centro cultural e de espaços próprios para a cultura;
- Ausência de lei e Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- Falta de regulamentação do FUMPAC;
- Falta de órgão gestor exclusivo para a cultura;
- Desarticulação interna.

Quanto aos pontos fortes e potencialidades identificadas, foram realçadas à época:

- Existência de festas tradicionais;
- Potencial para o turismo;
- Utilização da Praça de Eventos, Praça da Matriz, para atividades culturais;
- Presença do Grupo de Congado;
- Existência de Quilombo;
- Espaço da Assistência Social, com oferta de oficinas de artesanato;
- Presença do Coletivo Jovem Buteco do Portuga;
- Presença da Banda Violetas Verticais;
- Associação Pró-Cultura, em fase de constituição;
- Existência de diversas empresas situadas no município, com potencial de patrocínio;

- Existência do espaço CEJOC.

Também pode ser considerado um ponto forte a elevação da pontuação do município no ICMS Patrimônio Cultural, o que gera mais recursos para investimento na política cultural. Entretanto, é urgente que se invista na estruturação da política cultural municipal, que seja feita a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e que o Plano Municipal de Cultura seja finalizado e aprovado como lei municipal, explicitando as prioridades da cultura e seus programas, projetos e ações, bem como assegurando os recursos para o setor na Lei Orçamentária Anual. Também é importante que o município desenvolva um sistema de informações e indicadores para planejar e avaliar a sua gestão cultural. Dessa forma, o poder público municipal poderá assumir com qualidade e garantia de continuidade seu papel de fomentador das práticas culturais no território, para além dos momentos de festa, que são sazonais e não promovem um desenvolvimento local continuado.

4.3 Esporte e Lazer

Santana do Paraíso apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e o lazer, tendo em vista a inexistência de secretaria municipal exclusiva. Dessa forma, comprova-se que os referidos setores não são tratados como prioridade no programa do governo municipal.

Durante o levantamento de dados em Santana do Paraíso, a gestora pública entrevistada informou haver dotação orçamentária específica para a Seção de Esporte e Lazer, ainda que não tenha especificado o percentual destinado à promoção, fomento e apoio a tais setores. Em contrapartida, foram encontradas informações quanto à participação deste município em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes e nos Jogos Escolares de Minas Gerais, além da aprovação de três projetos esportivos através da captação de recursos pela Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Todavia, somente um projeto teve a sua execução finalizada.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação do

município em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal. Entre eles encontra-se o ICMS Solidário – Critério Esportivo, o qual permitiria consequentemente, um aumento no investimento em atividades esportivas.

Igualmente, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes embasa a fragilidade da política voltada para o esporte e lazer em Santana do Paraíso. A partir de informações levantadas no sítio eletrônico da prefeitura, porém, existe legislação municipal de incentivo ao futebol feminino.

A representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para Santana do Paraíso e que é capaz de melhorar a imagem do município. Ela entende que o setor se constitui em alternativa para o desenvolvimento social e intelectual dos jovens, sendo um mecanismo de socialização e mitigação de preconceitos.

A prática da modalidade esportiva judô foi apontada pela entrevistada como a maior potencialidade do esporte observada no município, contando com uma equipe de mais de 120 atletas, que recentemente consagrou-se como campeã estadual. Segundo ela, tal fato foi motivo de muito orgulho para a população, que também tem número considerável de participantes no futebol.

De acordo com as percepções da entrevistada, não existem muitas dificuldades para o desenvolvimento do esporte local, pois a prefeitura se empenha em atender as demandas que surgem. Além disso, os campos de futebol são bem cuidados e, recentemente, receberam iluminação. Do mesmo modo, não há dificuldades em conseguir monitores qualificados. Porém, a falta de um Conselho Municipal de Esportes fortalecido e ativo, bem como a ausência de um Plano Municipal para o desenvolvimento das políticas esportivas, são as maiores fragilidades de Santana do Paraíso, uma vez que este pode ser o meio para se alcançar mais projetos e recursos para o setor.

Continuamente, a representante municipal afirma que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Santana do Paraíso, pois proporciona desenvolvimento intelectual e físico para pessoas de todas as idades através da melhoria da qualidade de vida. Segundo a entrevistada, as maiores potencialidades observadas para o desenvolvimento do lazer são as cachoeiras e as praças ao ar livre, sendo possível realizar

diversas atividades para o momento de descanso com a finalidade de sair da rotina de trabalho. Ela ressaltou, ainda, que uma vez que a população não apresenta hábito frequente de leitura, seriam interessantes ações que o incentivem, sendo esta outra potencialidade. Em contrapartida, ela menciona a falta de conscientização dos moradores, que poderiam zelar mais pelas áreas verdes, cachoeiras e praças, como a principal fragilidade observada para o desenvolvimento do lazer no local.

Desse modo, observa-se que as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do esporte e do lazer são:

- Cuidar dos espaços para que eles se tornem mais atrativos;
- Ampliar os espaços de lazer;
- Ampliar o número de academias ao ar livre;
- Incentivar a participação de crianças, adolescentes e adultos nas atividades;
- Transporte para bairros distantes;
- Divulgação dos programas e atividades desenvolvidas pela prefeitura.

Além disso, para a valorização e fomento de ações locais voltadas para os referidos setores, faz-se necessária a capacitação profissional dos agentes públicos e maiores investimentos em programas e atividades que tenham como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 16 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 18 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo, a seguir:

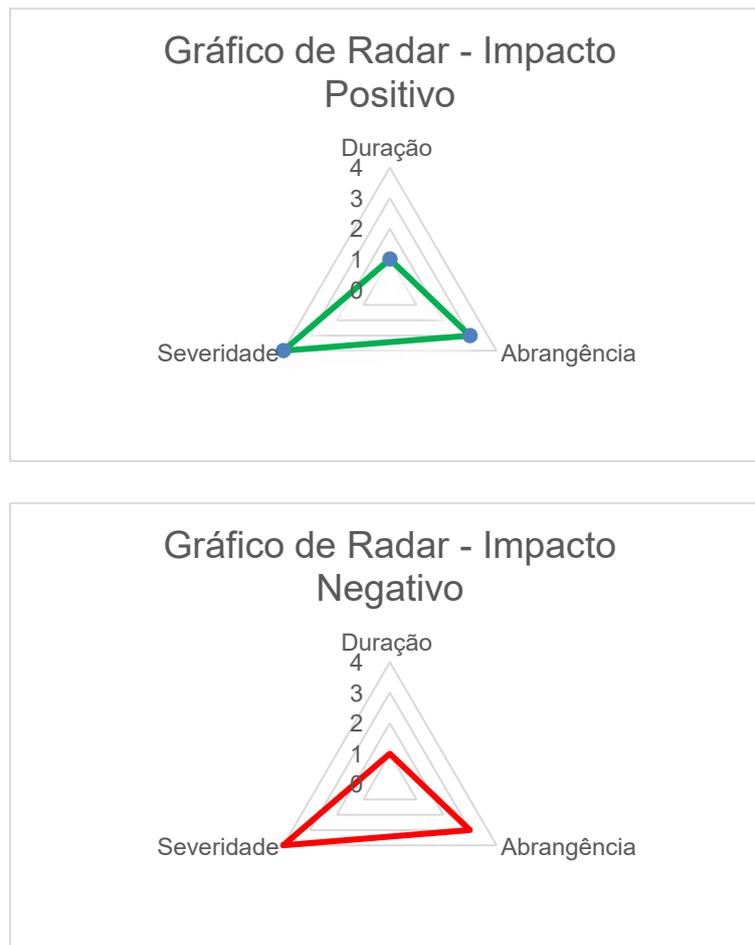


Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve

para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 20 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

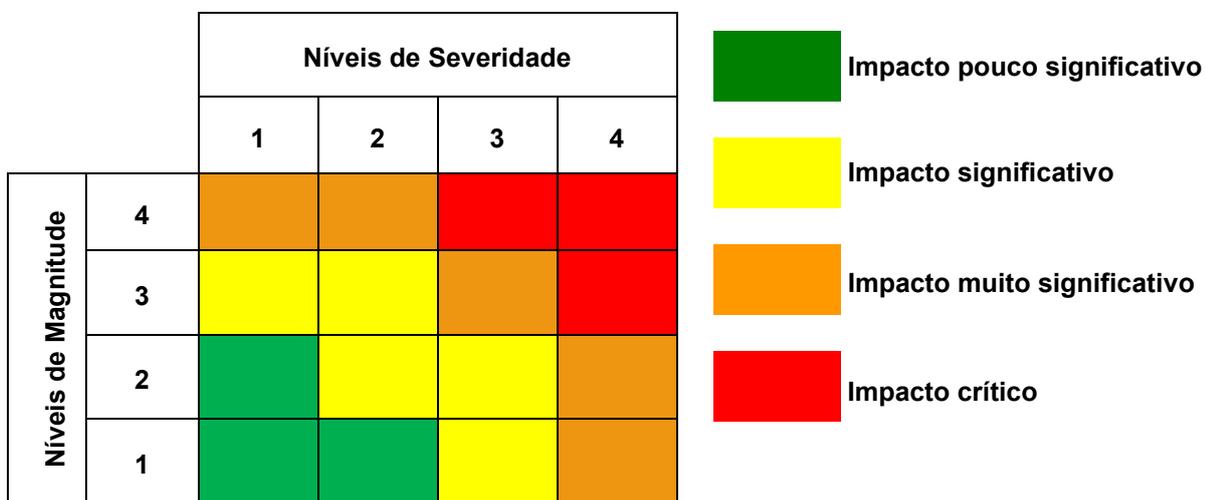


Figura 20 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela

implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;

- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;

- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;



- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;



- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.



Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;



- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;



- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

Tomando por base o diagnóstico dos temas turismo, cultura e esporte e lazer foram identificados três diferentes impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, no município de Santana do Paraíso. O primeiro desses impactos se refere à imagem do município, considerada veiculação de matérias jornalísticas em mídias com alcances distintos; o segundo, diz respeito às alterações de paisagens locais às margens do rio Doce em sua porção adstrita ao município; e, por fim, o terceiro impacto, de natureza multidimensional, é o que incide sobre a comunidade de Ipaba do Paraíso, conhecida como Ipabinha, notadamente sobre a sua histórica relação com o rio em atividades de subsistência e lazer.

5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

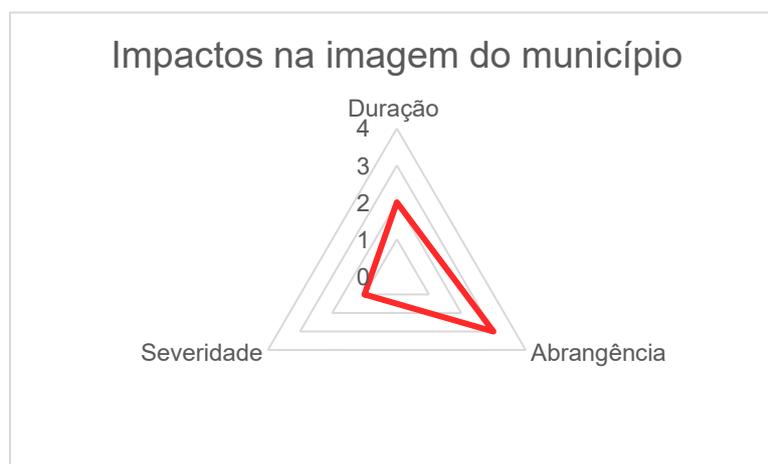
Esse conjunto de comunicações midiáticas e de produções científicas repercutiu sobre a imagem de Santana do Paraíso, conforme se pode verificar por meio da análise procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos.

Tal como mencionado no diagnóstico, entre as notícias, em cinco as menções ao município se dão em listagens, não havendo, portanto, aprofundamento e especificações

acerca da localidade. As demais notícias trazem imagens relacionadas diretamente ao município. Isso significa dizer que se lançou mão do recurso imagético, o que reforça o conteúdo junto ao leitor e, sendo este conteúdo negativo, deve-se ter maior atenção com tais publicações. No documento técnico identificado, observa-se que a menção a Santana do Paraíso se trata de uma listagem⁴⁶. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste, sem maiores repercussões. A severidade do impacto foi considerada como baixa (1), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

46 Página 55.

5.2.2 Impactos sobre as Pescas Amadora e Esportiva

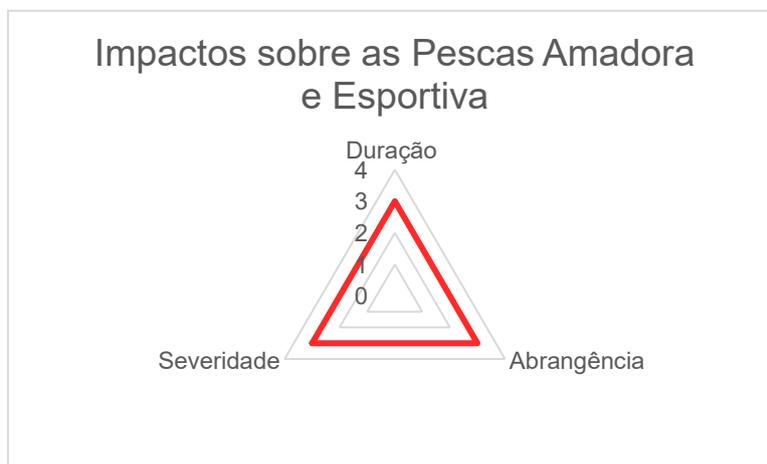
A atividade de pesca amadora e esportiva encontra-se proibida na bacia do Rio Doce, para esta época do ano em que o diagnóstico se realiza, em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011, bem como em função do rompimento da barragem de Fundão – Portaria IEF nº 78/2016.

Durante o período de levantamento de dados em campo, os moradores de Santana do Paraíso relataram que a pesca amadora de subsistência era muito importante para várias famílias e que esta também se fazia como forma de lazer.

Segundo o gestor municipal entrevistado, a prática da pesca às margens do Rio Doce e também na Lagoa da Prata foi totalmente prejudicada em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa, diretamente originado do Evento, e de longa duração (3), uma vez que, estima-se, o tempo necessário para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a cinco anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência municipal (3), considerando que os pescadores amadores provêm de todo o município. A severidade do impacto foi considerada alta (4), tendo em vista que a possibilidade de exercício da atividade em tela, que se constituem em atividade de lazer para moradores do município e, de modo específico, integra o conjunto das estratégias de subsistência de famílias do município, foi completamente comprometida.

Gráfico 3 Impacto na pesca amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

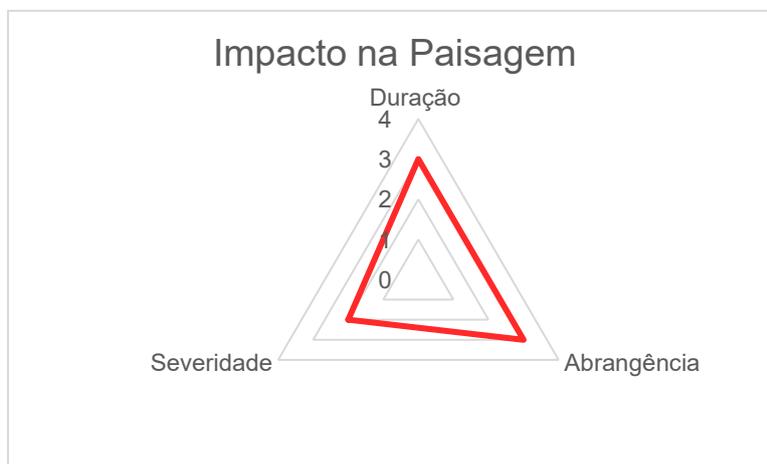
Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica (4) a significância deste impacto.

5.2.3 Impacto sobre a Paisagem

A paisagem do município sofreu impacto decorrente do rompimento da barragem do Fundão. Como o rio Doce é um dos principais rios que passam pelo município, a força da lama que escorreu e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio perdesse sua configuração original (natural). De maneira geral, o rio Doce serve como importante ponto de referência para as comunidades locais, bem como regionalmente.

Em Santana do Paraíso, este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração (3), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período superior a cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como média (2), em função do nível de dependência do município em relação ao desenvolvimento de atividades próximas às suas margens.

Gráfico 4 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

5.2.4 Impacto sobre Comunidades

5.2.4.1 Ipabinha

A comunidade de Ipaba do Paraíso é, no município em tela, aquela que possui a mais diversificada e intensa relação com o rio Doce, dada a sua proximidade com este. Com efeito, o curso d'água é, para os moradores de Ipaba do Paraíso (também conhecida como Ipabinha), lugar de contemplação, lazer, pesca e cultura agrícola de subsistência, pesca amadora e, ainda, atrativo de pescadores amadores que visitam a localidade e movimentam os poucos estabelecimentos comerciais locais. Das relações com o rio emergiram costumes, interações e redes relacionais, bem como modos de lidar com o tempo e o espaço.

O rompimento da barragem de Fundão provocou alterações multidimensionais na relação da comunidade de Ipabinha com o rio Doce, seja porque impossibilitou o desenvolvimento

das atividades de lazer antes praticadas, a extração de peixes e a cultura agrícola para subsistência, e a realização da pesca amadora. Por esse conjunto de fatores associados, o Evento também impactou a historicidade, o cotidiano, costumes, sociabilidades e a memória da comunidade, compelida a desenvolver novas estratégias de sobrevivência, de ocupação do seu tempo em momentos de lazer, sociabilidade e trabalho.

Conforme dados levantados em campo, o Evento e a contaminação das águas do rio Doce pela lama despejada, ocasionou mortandade de peixes e, por sua vez, a interrupção das atividades da pesca amadora e esportiva no local. Por conseguinte, houve uma diminuição considerável na quantidade de pescadores que frequentavam a Ipabinha. Segundo o entrevistado “ninguém procura mais a comunidade para pescar no rio”. Em torno dessa atividade se estabeleceram, ao longo do tempo, um pequeno número de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, notadamente de bares para atendimento aos turistas.

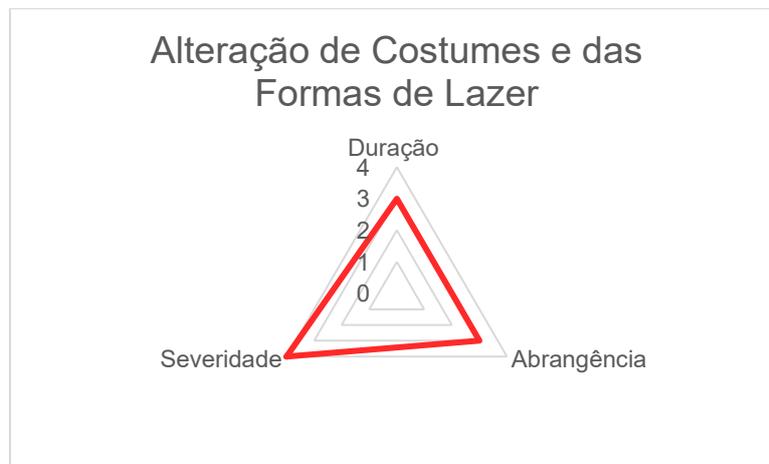
Os empreendimentos de alimentos e bebidas sentiram diminuição no número de clientes e de arrecadação, mas não associam esse resultado a algum impacto direto relacionado ao rompimento da barragem de Fundão. Apenas o responsável por um estabelecimento entende que houve a diminuição pela metade de clientes pescadores em seu estabelecimento o que afeta, segundo ele, em queda de 50% o número de empregos diretos gerados pelo turismo.

Outra dimensão da vida da comunidade afetada se refere à interrupção por alguns dias da travessia de balsa de Ipabinha para o município de Ipaba, mais próximos entre si do que do centro de Santana do Paraíso. A interrupção desse transporte alterou o modo e o ritmo de vida dos moradores, sobretudo de Ipabinha, obrigados a ir até Ipatinga para acessar Ipaba. Segundo um gestor entrevistado, a calha do rio foi assoreada, formando bancos de areia que impossibilitaram a passagem da balsa.

Os impactos ora analisados são de natureza negativa, diretamente decorrentes do Evento e abrangem a comunidade em tela (2). Tratam-se, ainda, de impactos de longa duração (3), uma vez que o restabelecimento das atividades impactadas às suas condições originais, depende da recomposição da qualidade ambiental do Rio Doce no trecho em questão, o que, estima-se, demandará um período superior a cinco anos. A

severidade do impacto foi avaliada como média-alta (3), considerando que a comunidade teve seus costumes e cotidiano expressivamente alterados em razão de encontrar-se impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer e subsistência.

Gráfico 5 Impactos sobre a comunidade de Ipabinha



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como muito significativo (3).

Tabela 17 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Divulgação de notícias e artigos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	1	1
Impactos sobre as Pescas Amadora e Esportiva	Pesca amadora e esportiva	IN	ID	3	3	4	4	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Revitalização de	1	2	1

								atividades de esporte e lazer			
Impacto sobre a paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	2	2	<p>Ações de Requalificação Ambiental</p> <p>Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer</p>	1	2	1
Impacto sobre comunidades	Ipabinha	IN	ID	2	3	3	3	<p>Ações de Requalificação Ambiental</p> <p>Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade</p> <p>Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer</p>	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 18 Listagem de participantes de reunião institucional em Santana do Paraíso

Nome	Nome do setor/órgão
Antônio Afonso Duarte	Prefeito
Hélio Anicio	Gerente de Turismo da secretaria de governo/turismo
Maria Lenice	Secretária municipal de educação, cultura, esporte e lazer

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 19 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental



			Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012. DISPONÍVEL

EM:[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SANTANA DO PARAÍSO [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO
EXERCÍCIO 2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SANTANA DO PARAÍSO IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM
27.11.2016.

MINAS GERAIS, FISCALIZANDO COM O TCE, DISPONÍVEL
EM: [HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/). ACESSO EM 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO SANTANA DO
PARAÍSO SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA
DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-
ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [HTTP://WWW.SANTANADOPARAISO.BR/](http://www.santanadoparaíso.br/)

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.